

L E I n° 3.102/2011

Data : 19 de abril de 2011.

Súmula: Autoriza o Poder Executivo Municipal a outorgar concessão de uso especial de imóvel, gratuitamente, para fins de moradia, ao Sr. VALDEMIR TELES PINTO, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar ao Sr. VALDEMIR TELES PINTO, brasileiro, vendedor, casado com a Sra. SUELY APARECIDA FABIAN PINTO, pelo regime de comunhão parcial de bens, portador da Carteira de Identidade RG nº 4.138.694-0/SSP/PR, inscrito no CPF sob nº 562.489.119-91, residentes e domiciliados na Rua Fiorela Rui nº 35, Jardim Yara, nesta cidade, a concessão de uso especial, para fins de sua moradia e de seus familiares, gratuitamente, do imóvel com a área de 306,45 m² (trezentos e seis metros e quarenta e cinco centímetros quadrados), contendo uma casa residencial, com 90,67 m² (noventa metros e sessenta e sete centímetros quadrados) de área construída, em alvenaria, construída às expensas do concessionário, constituindo o Lote nº 03, Quadra 19, na Vila Nossa Senhora Aparecida, nesta cidade, de propriedade da Prefeitura Municipal de Bandeirantes(PR), com a seguinte descrição: "Inicia-se este memorial de frente para a Rua Fiorela Rui do lado esquerdo no ponto de nº 01, e segue confrontando com a mesma rua num total de 12,00 m (doze) metros até o ponto nº 02, aí deflete à esquerda e segue confrontando com o mesmo lote de propriedade de Lajes Biaggi Ltda. num total de 30,00 m (trinta metros) até o ponto de nº 03, aí deflete à esquerda e segue confrontando com o Lote de propriedade da Radio Yara Ltda. num total de 12,75 m (doze metros e setenta e cinco centímetros) até o ponto de nº 05, aí deflete à esquerda e segue confrontando com o lote de propriedade da Farmácia R. M. Ltda. num total de 4,20 m (quatro metros e vinte centímetros) até o ponto de nº 06, aí deflete à esquerda e segue confrontando com o lote de nº 02 da mesma quadra num total de 17,25 m (dezessete metros e vinte e cinco centímetros) até o ponto inicial de nº 01, fechando assim um polígono irregular com área total de 306,45 m² (trezentos e seis metros e quarenta e cinco centímetros quadrados), destacada de uma área maior, a que se refere a Matrícula nº 9.907 do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca de Bandeirantes(PR).

§ 1º - A concessão contida no "caput" deste artigo será pelo prazo de 05 (cinco) anos, a contar da data de vigência desta Lei.

§ 2º - Expirado o prazo estabelecido no parágrafo anterior, ensejará a formalização da escritura pública definitiva doação ao concessionário, que será outorgada pelo Município.

Art. 2º - As despesas para lavratura de escritura pública de concessão de uso real e da escritura pública definitiva de doação, ficarão sob responsabilidade do concessionário.

Art. 3º - A presente concessão especial de uso do imóvel, descrito no art. 1º desta Lei, é em caráter temporária, pessoal e intransferível, salvo com expressa anuência do Município.

Parágrafo Único -O imóvel concedido não poderá ser hipotecado, arrestado, seqüestrado, arrecadado, ou por qualquer forma onerado, nem alienado, o que constará como ônus no registro imobiliário-

Art. 4º - A presente concessão especial de uso será considerada rescindida de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial, nos termos do art. 119 c/c o art. 961 do Código Civil, revertendo a posse do imóvel ao Município, acrescida de suas benfeitorias, caso o concessionário ceder no todo ou parcialmente, o imóvel, objeto desta Lei, a qualquer título, ou der destinação diversa da constante no art. 1º desta Lei, sem expresso consentimento do Município.

Art. 5º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar o lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano -IPTU, em relação ao imóvel, objeto desta concessão especial de uso, em nome do concessionário.

§ 1º - O débito decorrente do Imposto Predial e Territorial do imóvel, descrito no art. 1º desta Lei, não poderá ser inscrito em dívida ativa do Município, sob pena de considerar-se rescindida de pleno direito a concessão e reverter o imóvel ao Município, acrescido das edificações, sem que nenhum direito haja para o concessionário a título de retenção por benfeitorias, indenização ou qualquer outro.

§ 2º - O Município, a seu critério, poderá rever a penalidade imposta ao concessionário, prevista no parágrafo anterior .

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes,  
Estado do Paraná, em 19 de abril de 2011.

Celso Benedito da Silva  
Prefeito Municipal